

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETÍCIA ARCHANJO FREITAS

CIÊNCIA, UNIVERSIDADE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

MATINHOS

2023

LETÍCIA ARCHANJO FREITAS

CIÊNCIA, UNIVERSIDADE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Educação do Campo e Realidade Brasileira, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Ma. Vanessa Fiorini

MATINHOS

2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
PENSADORES 40001016320E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **LETÍCIA ARCHANJO FREITAS**, intitulada: **CIÊNCIA, UNIVERSIDADE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO**, com conceito **APL** no rito de defesa. A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas reglmentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 01 de Dezembro de 2023

VANESSA FIORINI
Presidente da Banca Examinadora

ANDREA FRANCINE BATISTA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



Documento assinado digitalmente
VANESSA FIORINI
Data: 28/12/2023 15:51:30-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>



Documento assinado digitalmente
ANDREA FRANCINE BATISTA
Data: 28/12/2023 15:55:05-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Endereço: Rua Jaguariaíva, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil
CEP 83260-000

“Modernizar o passado é uma evolução musical
Cadê as notas que estavam aqui
Não preciso delas!
Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos
O medo dá origem ao mal
O homem coletivo sente a necessidade de lutar
o orgulho, a arrogância, a glória
Enche a imaginação de domínio
São demônios, os que destroem o poder bravio da
humanidade
Viva Zapata! Viva Sandino! Viva Zumbi!
Antônio Conselheiro!
Todos os panteras negras
Lampião, sua imagem e semelhança
Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia.”
Chico Science.

CIÊNCIA, UNIVERSIDADE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Letícia Archanjo Freitas¹

RESUMO

A universidade brasileira, para além de sua criação com elementos antidemocráticos, sofre hoje um processo de privatização direta e indiretamente. Neste contexto, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organiza sua atuação e intervenção na relação com a universidade com a existência de cursos universitários ligados ao MST.

Os embates teóricos e epistemológicos que ocorrem entre as perspectivas mais universitárias e as perspectivas das populações indígenas, quilombolas, campesinas e tradicionais, além dos limites e possibilidades para a construção de transformações na universidade bem como na sociedade, consistem em algumas das reflexões construídas no trabalho.

Dessa maneira, o trabalho busca elaborar reflexões que subsidiem os debates acadêmicos de militantes, apontar algumas possibilidades de superação dos limites e traçar proposições para a continuidade da ação organizada de militantes na pesquisa, na produção teórica e na atuação universitária a da Investigação Ação Participativa (IAP) – método formulado por Orlando Fals Borda – , em que a pesquisadora é participante do sujeito coletivo do processo. Para tanto, utiliza-se do levantamento bibliográfico e das percepções registrada em caderno de campo para relacionar o contexto cultural e a recuperação crítica da história da universidade e a estrutura de poder da sociedade.

Palavras-chave: pesquisa, ciência, universidade, transformação social, movimento social.

INTRODUÇÃO

No último período pude vivenciar, a partir da prática militante e da participação em cursos universitários ligados ao MST, relações em que senti o profundo afeto com o povo. Este afeto é necessariamente coletivo e o compromisso, firmado na subjetividade coletiva bem como na materialidade construída a partir das relações de solidariedade que se estabelecem coletivamente, compõem conjuntamente este valor presente na militância. Este compromisso se manifesta em diversos níveis na medida em que se desenvolvem relações mais emancipadas; mas em todos os níveis, manifesta-se na construção de um ou mais fatos concretos da luta popular. É preciso destacar que essas vivências são orientadas por uma utopia, que é herança compartilhada com milhões de pessoas que viveram antes de nós e que vivem hoje construindo lutas, marchas e manifestações culturais na busca da construção de um projeto de sociedade na qual a produção social da riqueza tenha também uma apropriação social (PELOSO, 2012).

¹ Discente do curso de Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira.

As pessoas que firmam este compromisso com o povo e com a construção deste novo projeto de sociedade, chamamos militantes. Os fatos concretos construídos com o povo são necessariamente coletivos. As ações destes militantes, no entanto, acontecem de maneiras diversas. Mais ou menos ao mesmo tempo em que organizo a pauta de uma reunião ou carrego mesas, cadeiras e caixas, estudo para o Mestrado e escrevo um artigo para a Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira. Estas ações resultam em fatos concretos quando se chocam e se complementam com o fazer coletivo comprometido, seja na construção de um espaço de debate organizativo ou de um ponto de comercialização de produtos da Reforma Agrária, seja na elaboração de uma reflexão que será feita coletivamente com as companheiras e companheiros que compõem o curso.

Estes diferentes fatos concretos coletivos que são construídos a partir das diferentes ações de diferentes conjuntos de militantes, contribuem no avanço em direção à conquista do projeto de nação que almejamos e frequentemente nos dão a sensação de estarmos avançando. Isso porque cada construção de um fato concreto coletivo é, de fato, uma conquista em uma sociedade em que as relações são degradadas cotidianamente pela ideologia neoliberal. No entanto, a somatória destes fatos concretos coletivos construídos cotidianamente não é suficiente para, na atualidade, transformar radicalmente a sociedade, acendendo processos no sentido da superação das estruturas patriarcais, racistas e capitalistas que se consolidaram ao longo da história. Para tanto, “é preciso elaborar, com arte e ciência, uma estratégia de poder e construir ferramentas populares que reúnam, organizem e eduquem a classe oprimida no seu processo de emancipação (PELOSO, p. 65, 2012).

Ao olhar para o compromisso que assumimos – de construção de um projeto de nação em que as riquezas produzidas sejam socializadas com o todo do povo brasileiro – e no intento de caminhar em direção a eles, é importante saber onde pisamos: “O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo e onde estão os maiores latifúndios” (TRICONTINENTAL, 2020). Essa realidade tem origem longínqua e correlata à constituição das classes sociais do capitalismo. Isso porque se opera entre o fim do século XV até meados do século XVIII a acumulação primitiva ou originária sobre as quais irrompe o processo histórico de constituição das classes sociais do capitalismo, e esta transformação da produção mercantil simples – já presente no seio do feudalismo – para a produção mercantil capitalista, depende da constituição de uma classe de homens com riqueza acumulada suficiente para comprar os meios de produção e a força de trabalho, mas também de uma classe de homens e mulheres desprovidos de tudo, exceto de sua força de trabalho (NETTO, BRAZ, 2006 apud FREITAS, 2021).

Desde a invasão do território do Brasil pelos portugueses no século XVI, concentração de terras e improdutividade combinadas com a monocultura para exportação e escravidão, engendraram as raízes históricas da desigualdade social no País que perduram até os dias atuais e caracterizam a expropriação capitalista ao longo de séculos que deixam consequências políticas, econômicas, sociais e ambientais em nossa construção histórica enquanto nação (TRICONTINENTAL, 2020). A permanência e agravamento destas contradições e desigualdades de classe fica demonstrada pelo último Censo Agropecuário do País, realizado em dois mil e dezessete, em que, de acordo com a pesquisa

[...] cerca de apenas 1% dos proprietários de terra controlam quase 50% da área rural do País. Em contrapartida, os estabelecimentos com áreas menores a 10 hectares (cada hectare equivale a um campo de futebol) representam metade das propriedades rurais, mas representam apenas 2% da área total (TRICONTINENTAL, p. 3, 2020).

Este cenário nos impõe a necessidade de luta e organização em prol da democratização do acesso à terra através do projeto de Reforma Agrária Popular, radicalmente diferente, em sua natureza, da Reforma Agrária Clássica – pois busca a soberania popular, visando alterar questões centrais do controle capitalista, a partir da reorganização dos territórios agrários e ambientais (TRICONTINENTAL, 2020).

Esta mudança de natureza de reforma agrária se dá pois no modelo de Reforma Agrária Clássica a burguesia industrial opta pela democratização do acesso à terra a partir de dois interesses: i) a necessidade de romper, em todos os níveis, com a hegemonia das antigas classes proprietárias rurais, que paralisavam o desenvolvimento das forças produtivas e ii) o papel subsidiário do setor primário frente à nova estrutura econômica, onde o desenvolvimento industrial está ligado à força de trabalho barata e abundância de matéria-prima (TRICONTINENTAL, 2020).

Diferentemente dos países de economia central, o Brasil ficou impossibilitado de implementar o modelo de reforma agrária clássica no processo de industrialização. Isso porque a relação entre a oligarquia rural e a burguesia industrial unificam latifúndio e capital industrial com intermediação do Estado e, dessa forma, economia rural subsidia o desenvolvimento industrial, isto porque a alta concentração de terra aliada ao êxodo rural criou um exército industrial de reserva barateando a força de trabalho (TRICONTINENTAL, 2020).

Já a partir da década de 1990, passamos por grandes transformações estruturais na forma de organização da produção de mercadorias agrícolas no País com a afirmação do agronegócio e a consolidação do modelo neoliberal, em que o latifundiário se alia às empresas

transnacionais do setor agrícola, ao capital financeiro e aos meios de comunicação de massa – em que se intensifica a destruição ambiental e dos povos originários a partir da expansão de suas fronteiras sobre as florestas e as expropriações de terra e se vai às últimas consequências da extração mineral, apartando cada vez mais trabalhadores da terra (TRICONTINENTAL, 2020).

Estes fatos deixam nítido que o modelo de reforma agrária clássico não caberia em nossas lutas, visto que o desenvolvimento das forças produtivas ocorria nas bases do capital já marcado por uma crise estrutural que estreitava cada vez mais as margens de participação democrática do povo no acesso à terra. O MST, portanto, diante da necessidade de superar estruturalmente o modo de produção capitalista, é provocado a redefinir suas ações estratégicas e seu programa agrário. O conceito de Reforma Agrária Popular, desenvolvido a partir do início dos anos 2000, extrapola a luta pela terra pra quem nela trabalha e adquire um caráter popular quando afirma a necessidade de alimentos saudáveis para toda a população, uma vez que moradores de grandes centros urbanos encontram com cada vez mais dificuldade alimentos da agricultura e enfrentam a escassez de água, ou somente tem acesso a alimentos com alto índice de agrotóxicos (TRICONTINENTAL, 2020).

Diante da complexidade da tarefa que assumimos como militantes que buscam a superação do modo de produção capitalista, busco neste trabalho fazer uma reflexão que possa contribuir com as inquietações e questões de pesquisadoras e pesquisadores que estão se engajando nesta atuação a partir do trabalho de base de suas comunidades e de cursos universitários ligados ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sobre as relações que se constituem entre ciência, universidade e os horizontes de transformação social.

Para a análise, utilizo o método de Investigação Ação Participativa, proposto por Orlando Fals Borda, importante sociólogo colombiano, descrito de maneira mais profunda no capítulo “Movimento popular, ciência e compromisso”, em que se inclui a inserção do investigador ou da investigadora no processo social a ser pesquisado. Para tanto, relaciono ao longo da análise o contexto cultural da universidade, a recuperação crítica de sua história e a estrutura de poder presente na sociedade, com enfoque para a educação superior. Como metodologia, faço o levantamento bibliográfico dos principais autores que tratam do tema a partir de uma perspectiva crítica e o confronto destes dados com minhas percepções, enquanto sujeito do processo, registradas em caderno de campo.

INTELECTUAIS E UNIVERSIDADE NO BRASIL

A produção teórica e a pesquisa são frequentemente associadas à atividade intelectual, uma vez que dedicamos tempo e esforços à leitura e à escrita sobre temas fundamentais para as sociedades humanas. Mas nós, enquanto estudantes militantes, podemos e/ou devemos nos considerar intelectuais? Para Antonio Gramsci, é possível considerar que todo ser humano é intelectual, no entanto, nem todos desempenham esta função na sociedade (GRAMSCI, 1982).

Para o autor, ao analisar este grupo social “essencial”, muitas vezes comete-se o erro metodológico de buscar um critério de distinção de todas e das diversas atividades intelectuais no que é intrínseco a ela mesma, ao invés de buscar este critério no conjunto geral das relações sociais e nos grupos que as personificam (GRAMSCI, 1982). Sendo assim, é necessário compreender como, historicamente, grupos sociais de intelectuais se relacionam com as estruturas econômicas, uma vez que a construção do horizonte de transformação social que desejamos exige a consciência e intencionalidade das nossas ações e de nossa função na sociedade com vistas à nossa estratégia.

Esse processo histórico adquire diversas formas, em que se destacam como mais importantes as duas formas descritas a seguir:

- 1) Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. [...]
- 2) Cada grupo social “essencial”, contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontro – pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI, 1982, p. 3-5).

A mais típica das categorias de intelectuais é dos eclesiásticos, cujo monopólio de serviços importantes como a ideologia religiosa (filosofia e ciência da época) se deu através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência, etc., e pode ser considerada organicamente ligada à aristocracia fundiária (GRAMSCI, 1982). Na medida que as tensões se intensificam entre o poder crescente do monarca e eclesiásticos, outras categorias de intelectuais são favorecidas e ampliadas, até chegar ao absolutismo (Ibidem). No século XIX se observa a separação entre intelectuais laicos e os eclesiásticos, sendo que os primeiros vão se tornar os cientistas, filósofos, etc. (Ibidem).

Embora muitas vezes tenham a crença de que são autônomos e independentes do grupo social dominante, este tipo tradicional de intelectual tem sua assimilação e conquista “ideológica” pelo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio uma das características mais marcantes deste processo – tão mais rápido na medida que o grupo em questão elabora seus próprios intelectuais orgânicos (Ibidem). Historicamente, portanto, formam-se categorias especializadas para o exercício da atividade intelectual em conexão com todos os grupos sociais, “mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante” (GRAMSCI, 1982, p. 8-9).

As funções dos intelectuais são precisamente organizativas e conectivas do domínio direto do grupo dominante, podendo dizer que aqueles são “funcionários” destes (GRAMSCI, 1982). Ainda assim, a relação entre intelectuais e o mundo da produção não é imediata, mas “mediatizada” pelo contexto social e o conjunto das superestruturas (Ibidem). Pode-se destacar os dois “planos” superestruturais seguintes: i) a “sociedade civil”, caracterizada por um conjunto de organismos chamados comumente de “privados” e ii) a “sociedade política ou Estado”, que cumpre função de “hegemonia” que o grupo dominante desempenha sobre a sociedade e se expressa no Estado e no governo “jurídico” (Ibidem).

A hegemonia social e do governo político são constituídas pelas duas principais dimensões que destaco a seguir: i) o “consenso espontâneo” que as grandes massas dão para a orientação incutida pelo grupo fundamental dominante à vida social, sendo que este consenso advém do prestígio e da confiança historicamente obtida por este grupo a partir de sua posição e função no mundo da produção e ii) o aparato de coerção estatal que a partir das leis constituídas para toda a sociedade assegura a disciplina de grupos que não assimilam este “consenso”, seja ativa ou passivamente, e previne os momentos de crise no comando e na direção, quando fracassa o consenso espontâneo (Ibidem).

Os intelectuais atuam como espécie de prestadores de serviços do grupo dominante para estas funções subalternas da hegemonia social e do governo político e, dessa maneira, o crescimento inaudito desta categoria dos intelectuais é justificada pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante, mais do que pelas necessidades sociais de produção, incorrendo formação de imponentes massas de intelectuais (Ibidem). Assim, para Gramsci

A formação em massa estandartizou os indivíduos, na qualificação intelectual e na psicologia, determinando os mesmos fenômenos que ocorrem em todas as outras massas estandartizadas: concorrência (que coloca a necessidade de organização profissional de defesa), desemprego, superprodução escolar, emigração, etc (GRAMSCI, 1982, p. 12).

Nosso desafio enquanto classe trabalhadora é, portanto, elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada uma e cada um em diferente grau de desenvolvimento, vinculando-a à atividade prática geral – que interfere no mundo físico e social – e modificando a relação entre esta atividade e o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio, inscrevendo-nos no problema da criação de uma nova camada intelectual (GRAMSCI, 1982).

Reflexões sobre a Universidade no Brasil

O ensino e a pesquisa no Brasil são transpassados por profundas contradições que, muitas vezes, dificultam nossa visão de qual é o papel da militância diante deste cenário. Para melhor compreender a universidade brasileira, é necessário que o eixo de análise considere a alocação e organização de suas forças produtivas para finalidades manifestas ou não (ADOUE, 2014). No caso brasileiro – diferentemente do movimento surgido na América Latina uma década antes chamado de “reforma universitária”, que visavam a autonomia e democratização do ensino superior, configurando um embate com as repúblicas oligárquicas dominantes naquele momento –, a organização das universidades se dá a partir de conglomerados de institutos isolados durante os anos de 1930, surgindo como iniciativa de um segmento da oligarquia que visava uma modernização a ser feita de cima para baixo, necessitando de quadros para esse processo (Ibidem). Dessa forma, a universidade brasileira vai se consolidando a partir de uma natureza ultraelitista (FERNANDES, 1975).

Diante das condições estruturantes da universidade brasileira, o movimento de reforma universitária – que ocorre na década de 1960 – se constitui historicamente como um movimento social que busca combinar atitudes e comportamentos inconformistas de estudantes ou professores universitários à necessidade de adaptar a universidade para as exigências educacionais e culturais da sociedade brasileira em transformação (Ibidem).

Nesta definição, destacam-se dois elementos mais importantes: i) a universidade foi projetada à luz das funções reais ou potenciais que deveria cumprir na sociedade inclusiva, de maneira que a nova universidade não poderia reproduzir relações de imitação, assimilação e dependência culturais perante às nações de capitalismo avançado ou hegemônicas, buscando promover a valorização do todo estrutural-funcional que se apresentava dado na experiência histórica brasileira e aproveitar racionalmente os recursos materiais e humanos já investidos no “ensino superior brasileiro” (Ibidem); ii) as conexões profundas da universidade com a sociedade brasileira foram focalizadas com referência a uma sociedade nacional dependente e subdesenvolvida em transformação. Por conseguinte, as funções realizadas, latentes ou manifestas da “universidade”, podiam ser compreendidas como parte de processos

civilizatórios dos quais o Brasil participa naturalmente. O “padrão de desenvolvimento dependente” pressupõe e acarreta formas de crescimento educacional e cultural que envolvem “progresso educacional” e “progresso cultural”, embora não sejam as formas de crescimento típicas da evolução primordial, independente e auto-sustentada (Ibidem).

No contexto atual de avanço do neoliberalismo, a ciência e a tecnologia deixa de ser mero suporte do capital e tornam-se forças produtivas, convertendo-se em agentes da sua acumulação (CHAUI, 2001). Este contexto da universidade brasileira está circunscrito a um modelo de universidade-empresa, cujo fomento é possível observar nas proposições do Banco Mundial a partir de 1994, entre as quais estão: i) maior diferenciação entre as instituições, desenvolvendo instituições privadas, ii) a participação de estudantes no gastos das universidades públicas e vinculação direta do financiamento fiscal ao resultado, iii) redefinição da função do governo no ensino superior e iv) adoção de políticas destinadas a dar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade (ADOUE, 2014).

Para além do Banco Mundial, também o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomenda, em 2001, o fim da gratuidade do ensino superior brasileiro; estas orientações encontram-se plasmadas nos Planos de Desenvolvimento Institucionais das universidades públicas brasileiras e, a partir de 1996, através de um marco legal para recebimento de recursos advindos da cooperação financeira resultante de convênios com empresas privadas, na Lei de Diretrizes e Bases (Ibidem). No ano de 2000, cria-se a fundação Univérsia – com recursos do Banco Santander – que hoje reúne mil duzentas e quarenta e duas universidades de países da América Latina, da Espanha e Portugal, que tem como finalidade a integração curricular e de procedimentos de gestão das instituições de ensino, buscando estabelecer um padrão único em Ibero-América (Ibidem).

Essas medidas estão no escopo de um processo de privatização indireta do ensino superior em que se estabelece uma tendência de criar um modelo em que a universidade pública tem como serviço a inovação tecnológica, vinculada a uma dedicação especial à pesquisa e em que a universidade privada tem como serviço a formação de força de trabalho especializada, vinculada à uma dedicação especial ao ensino (Ibidem). Este modelo impõe-se inclusive aos quadros que outrora apoiaram o modelo de universidade autônoma, vetor de desenvolvimento nacional, que

Entre uma investigação e outra, ele vai preferir uma pesquisa que crie menos problemas; entre uma forma de fazer análise e outra, ele vai preferir uma análise mais mitigada e evasiva. Talvez, até, ele acabe sendo altamente racional com relação aos fins, como diria Max Weber. E o fim vem a ser a preservação e a melhoria de sua própria posição na universidade. Trata-se de

uma racionalização aprendida, adquirida, que faz parte de uma socialização orientada (FLORESTAN apud ADOUE, p. 69, 2014).

A construção de uma alternativa – em que a universidade seja autônoma e vetor de um projeto nacional – a esse processo de integração subalterna da universidade nas cadeias produtivas como prestadora de serviços somente será possível com a organização de suas forças internas e seus elementos críticos em torno de objetivos de produção científica e formação de quadros para subverter a posição de dependência externa em que historicamente nosso país foi colocado (Ibidem).

A reflexão sobre e a construção desta possibilidade passa, certa e necessariamente, pelas e pelos estudantes que ingressam em cursos de ensino superior vinculados às organizações populares, como é o caso do curso de especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira – cujo texto presente é o trabalho de conclusão de curso (TCC) –, e especialmente as e os que pretendem continuar seus estudos ou ter atuação profissional na universidade brasileira.

MOVIMENTO POPULAR, CIÊNCIA E COMPROMISSO

Ao mesmo tempo que se constitui como um dilema como vincular os processos de transformação social ao processo de transformação da universidade, apresenta-se também como um dilema como vincular a militância com a formação e atuação universitária levando em consideração as estruturas de dominação que perpassam a instituição universitária no Brasil e na América Latina.

Esta inquietação atinge, em alguma medida, as educandas e educandos dos cursos universitários ligados ao MST. Estes períodos de estudos apresentam-se como um salto no sentido da compreensão da totalidade da realidade para as educandas e os educandos, não somente pelos temas e conteúdos estudados, mas pela vivência coletiva que se estabelece a partir da metodologia de alternância – em que se passa um período em imersão nos estudos e na vivência nas escolas do MST (tempo escola) e um período na atuação cotidiana no território de origem (tempo comunidade –, e na divisão coletiva de tarefas estruturantes do curso como limpezas e alimentação (tempo trabalho).

É importante ressaltar que falamos de movimento popular porque, para além de educandas e educandos participantes do MST, há uma grande diversidade de educandas e educandos de movimentos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e urbanos. A

necessidade de publicações e muitas vezes a imposição de determinadas formas de fazer ciência é uma questão que atinge esses sujeitos coletivos dentro e fora de sala de aula.

Quando estudamos em nossos cursos autores como Milton Santos, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Rui Mauro Marini, Celso Furtado, Vania Bambirra, entre outros, é notável que a principal semelhança entre suas trajetórias e teorias está na relação com as organizações políticas de esquerda ou com um projeto de transformação social no Brasil, buscando compreender as estruturas de dominação no capitalismo nos seus desdobramentos econômicos, culturais, sociais e geográficos.

Diante do perfil diverso das educandas e educandos, que têm diversos percursos acadêmicos – em diferentes áreas do conhecimento –, é importante o debate sobre a interdisciplinariedade e ciência. Isso porque não estamos isentos – durante nossa formação nos cursos universitários – à especialização consequência uma vez que a adoção das recomendações propostas pelo Banco Mundial e pelo FMI na universidade atingem a estrutura e a instituição da universidade e, por consequência, as e os docentes e estudantes.

As autoras e autores estudados no curso, diante do compromisso que assumem com as transformações sociais, destinam suas análises, a depender da área do conhecimento em que está circunscrito, a determinado objeto, ainda que todos contemplem as diversas dimensões da realidade. Estes objetos se diferenciam na medida em que avançam as elaborações em determinada área do conhecimento, seja por intelectuais que buscam ocultar as incoerências do capitalismo ou por intelectuais críticas e críticos.

Dentro da perspectiva crítica, é possível observar esse esforço em diferenciar o objeto em Milton Santos, para quem, em um dos primeiros momentos da constituição da geografia, fazia-se a deliberada união entre história e geografia de maneira que o tempo era objeto de estudo da História enquanto o espaço, da Geografia, e estas funcionassem uma junto da outra. Em um segundo momento, é possível notar a recusa de geógrafos em aperfeiçoar os conhecimentos gerados por outras ciências, ocasionando uma separação prolongada entre geografia e sociologia e o consequente empobrecimento da geografia e mesmo o aparecimento de disciplinas paralelas que se detiveram e se detém de aspectos que poderiam ter permanecido à incumbência da geografia (SANTOS, 2004).

Quando na elaboração de uma teoria geográfica crítica e autêntica, Milton Santos passa a deter suas reflexões sobre as dimensões de existência na realidade do objeto da geografia – aquele que constitui a superfície do real sobre o qual, enquanto ciência, busca-se descobrir o que ainda não se conhece –, ou seja, o espaço. É sobre a natureza deste objeto, cujo

esquecimento acusa Milton Santos por parte dos geógrafos, que o autor vai se deter no livro “A Natureza do Espaço” (2006).

Esta diferenciação foi necessária porque uma noção escondida pelos clássicos positivistas – cujas categorias e conceitos constituíam o paradigma da época – sob o pretexto de “neutralidade” e “objetividade” é que o observador, nas ciências sociais, é parte constitutiva do universo observado. E essa diferenciação entre o investigador e o investigado colocam as comunidades estudadas como vítimas da exploração científica. Uma proposta alternativa a isso é a inserção do investigador no processo social (FALS BORDA, 1978). Nos trabalhos desenvolvidos pelo autor e por uma equipe de pesquisadores na década de 70 é possível notar o esforço de superação no debate sobre a relação entre sujeito e objeto, uma vez que se consideram as bases gnosiológicas resumidas a seguir

1. O problema da relação entre o pensar e o ser – a sensação e o físico – se resolve através da observação do material que é externo a nós e independente de nossa consciência; e o material inclui não só o que é constatável da natureza como também as condições fundamentais primárias da existência humana.
2. O problema da produção e redução do conhecimento não se resolve diferenciando os fenômenos das coisas em si, mas colocando a diferença entre o conhecido e o que ainda não se conhece. Todo conhecimento é inacabado e variável e está sujeito, pelo mesmo motivo, ao raciocínio dialético; ele surge da ignorância no esforço por diminuí-la e torna-se mais completo e exato.
3. O problema da relação entre o pensar e o atuar se resolve reconhecendo uma atividade real das coisas a qual só se adquire com a prática que, nesse sentido, antecede a reflexão; é na prática que o objetivo é demonstrado, que é a matéria em movimento.
4. O problema da relação entre forma e conteúdo se resolve colocando a possibilidade de superar sua indiferença pela prática e não só por comportamento intuitivo ou contemplativo; toda coisa se dá como um complexo intrincado de forma e conteúdo, portanto a teoria não pode separar-se da prática nem sujeito do objeto. (FALS BORDA apud FREITAS, 2021, p. 21)

Já Milton Santos considera que, para o campo da Geografia, a pesquisa demonstra-se importante por apresentar uma perspectiva crítica e propositiva, que busca apontar para a mudança e para o futuro. Este é o ponto de partida para o desenvolvimento da teoria verdadeira que é, necessariamente, revolucionária. Isto porque, para o autor, toda teoria

[...] pretende e deve alcançar a compreensão das relações atuais entre componentes de uma sociedade, que deixes descobrir, a um só tempo, a situação e a tendência, isto é o futuro. Como não se compreende o atual com dados já passados, cada formulação teórica derruba o precedente e aponta melhor para aquilo que nunca houve, isto é, o futuro (SANTOS, 2006, p. 44)

É possível notar, nos trechos acima, que a preocupação de Orlando Fals Borda consiste na apreensão e na produção do conhecimento, enquanto para Milton Santos consta a preocupação sobre o processo de teorização. No entanto, em ambos os focos, a produção de teoria ou de conhecimento mostra-se como inacabado, sendo sempre possível avançar no sentido de se aproximar mais da realidade e do futuro.

Em suas elaborações sobre o processo de produção do conhecimento, Orlando Fals Borda considera que a ciência é o

[...] conhecimento empírico, prático e de senso comum de possessão cultural e ideológica ancestral que permite ao povo e às bases sociais criar, trabalhar e interpretar principalmente com os recursos diretos que a natureza fornece ao homem. (FALS BORDA apud FREITAS, 2021, p. 25)

A partir desta concepção, considera-se ciência todo o conhecimento produzido ao longo dos milênios de existência da humanidade e anteriores à existência do capitalismo bem como durante seu desenvolvimento, como dos povos indígenas, camponeses, quilombolas e tradicionais. Considerando que a teorização precede da escrita, o processo do qual trata Milton Santos se constitui como uma das formas de manifestação da ciência como estamos entendendo. E, no último século, com o estabelecimento das universidades na América Latina, o compromisso com a teorização vinculada à ciência foi essencial para a disputa sobre a interpretação da realidade com aqueles intelectuais que produziram teorias que justificassem e legitimassem a dominação dos povos, especialmente dos povos negros e indígenas.

O confronto entre as teorias, desde o âmbito universitário, com estes sujeitos coletivos, constitui uma das questões centrais para os dilemas de como vincular a militância com a formação e atuação vinculada à universidade e como vincular processos de transformação da sociedade a processos de transformação da sociedade. A especialização das disciplinas, os prazos e obrigatoriedade de publicações e participação de eventos acadêmicos tende a afastar do ambiente universitário uma vez que estes sujeitos trazem consigo a identidade e o conhecimento dos sujeitos coletivos dos quais fazem parte.

Estes sujeitos coletivos interpretaram, criaram e trabalharam principalmente com os recursos diretos que a natureza fornece aos seres humanos através do conhecimento empírico, prático e de possessão cultural e ideológica ao longo da história, ou seja, produziram e produzem ciência. Na conjuntura histórica dos séculos XX e XXI, no entanto, há a necessidade constante de legitimação da ciência produzida pelos povos no âmbito da universidade, uma vez que buscamos construir um projeto de universidade popular e autônoma.

Este dilema – de como vincular os processos de transformação social ao processo de transformação da universidade – em muitos casos, se apresenta como uma questão importante nas reflexões sobre a trajetória, vida e atuação destas e destes estudantes e/ou profissionais que participam dos cursos universitários ligados ao Movimento das e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vão desde cursos técnicos até a pós-graduação, construídos há pelo menos 25 anos – que marca o início do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em 1998 (PRONERA).

No livro “MST: Universidade e Pesquisa” (et al, 2014), encontramos uma síntese da concepção do movimento em relação à necessidade de que o conhecimento voltado para a transformação radical da sociedade e que possa transformar também a universidade deve ter como ponto de partida as necessidades dos grupos sociais do campo e da cidade. Para tanto, no texto “MST Universidade e Pesquisa: Principais desafios do momento atual” (III SEMINÁRIO NACIONAL: MST E PESQUISA, 2014) é proposta uma agenda de pesquisa que esteja comprometida a enfrentar de questões fundamentais, como

- o avanço do agronegócio contra os territórios/direitos indígenas, quilombolas e camponeses;
- a questão fundiária e a grilagem de terras no Brasil;
- os instrumentos da indústria cultural para a propagação da ideologia do agronegócio/burguesa;
- entraves do judiciário à reforma agrária;
- formas de exercício do poder local pela bancada ruralista;
- efetividade das políticas territoriais;
- impactos da reestruturação do capitalismo na conformação da classe trabalhadora do campo e da cidade;
- criminalização dos movimentos e lutas sociais;
- relação campo-cidade;
- nano e biotecnologia;
- economia solidária;
- sociobiodiversidade e soberania alimentar (em suas dimensões normativa, ideal, utópica, mas também em sua dimensão de aplicação, palpável, tensionando com a lógica de produção capitalista);
- relação entre a expansão do agronegócio e o fechamento de escolas no campo;
- a permanência inalterada de altos índices de analfabetismo e a indiferença das instituições e das políticas em relação a essa questão;
- formação de educadores da educação básica, especialmente as práticas contra hegemônicas;
- ensino da pesquisa nos cursos do MST;
- os múltiplos tempos educativos, especialmente o Tempo Comunidade;
- impactos da alternância na formação dos educadores e profissionais das ciências agrárias;
- interdisciplinariedade e formação por áreas de conhecimento;
- impactos da Educação do Campo na Educação Superior e contra os processos de privatização do conhecimento;
- contribuição das cirandas infantis na formação dos estudantes;

- organização do trabalho pedagógico nas escolas;
- complexo de estudo (Pistrak/MST);
- metodologia de pesquisa em Educação do Campo;
- dimensão da cultura na formação humana em contraposição à indústria cultural;
- transformações, especificidades e relações entre trabalho e cultura no campo, na atualidade;
- relações entre Universidades e movimentos sociais;
- gênero; (III SEMINÁRIO NACIONAL “MST: UNIVERSIDADE E PESQUISA”, 2014, p. 256-257).

O trecho acima demonstra o esforço coletivo empreendido e organizado pelo MST para a atuação na universidade e incidência na pesquisa acadêmica a fim de vincular a transformação da universidade com a transformação social. Para tanto, é necessário o envolvimento e comprometimento das educandas e dos educandos destes cursos universitários com a agenda de pesquisa, seja a proposta pelo MST, seja às agendas próprias dos movimentos e/ou comunidades que constroem, ou seja, dos sujeitos coletivos dos quais fazem parte.

DESAFIOS DAS E DOS INTELECTUAIS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Sabemos que lidamos com uma estrutura universitária autoritária e que, mesmo os intelectuais de esquerda também o são, uma vez que citam uns quarenta livros e solicitam aos “alunos” a leitura de mais centenas de capítulos (FREIRE apud PELOSO, 2012). A construção de um projeto de universidade que seja capaz de contemplar a diversidade de conhecimentos dos povos, e não que limite este conhecimento unicamente à produção teórica certamente constitui um desafio central para o desenvolvimento nacional e um tema caro à militância que se insere no meio universitário. Podemos dizer, com base no debate feito anteriormente no texto sobre o que é ciência, que existe uma constelação de saberes produzidos pela humanidade que, quando interessa às classes dominantes, por elas são apropriados ao mesmo tempo em que intelectuais tradicionais elaboram para legitimar a hegemonia destes grupos.

Cabe, portanto, aos movimentos sociais a elaboração de qual o tipo de sistematização dos saberes populares que iremos constituir e a partir de quais espaços, que podem ou não ser acadêmicos. A cultura e o trabalho, fundamentais à existência e à identidade dos povos, adquire novos contornos no modo de produção capitalista, onde tudo se transforma em mercadoria. Se pretendemos a socialização das riquezas humanas, faz-se necessário a subversão desta lógica. Neste sentido, horizontalizar a intelectualidade é potencializar todos as dimensões da riqueza cultural dos povos.

A valorização dos conhecimentos desenvolvidos pelos povos oprimidos consiste em um elemento essencial para a construção de nossa autoestima e, ao mesmo tempo, nossa autoestima confere fundamental confiança no método de pesquisa que desenvolvemos, enquanto sujeitos coletivos, no sentido da transformação radical da sociedade. Assim, se o compromisso que nos une é com a vida humana em nossas vidas, visualizamos que este compromisso deve estar presente em nossas elaborações teóricas, ao mesmo tempo que nos comprometemos com a elaboração teórica.

Hoje, mais do que nunca, a ciência tem a potência de formular sobre as exigências urgentes para a sobrevivência e para a felicidade cotidiana de grupos humanos, povos e nações (BRANDÃO, s/d). Dessa maneira, o método de investigação da realidade que utilizamos, deve ser capaz de criar e ampliar a compreensão humana a respeito das integrações entre os mistérios da própria pessoa, do mundo em que ela vive, da vida em que ela e outros seres da vida se realizam e de totalizações diferenciadas em que todos estes elementos existem e a que convergem, sem perder as dimensões de sua identidade (Ibidem).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário da universidade, tanto em seu âmbito mais geral no Brasil quanto nas relações desenvolvidas com o MST, em que se destacam a fragmentação entre ensino e pesquisa, a crescente especialização dentro das áreas do conhecimento e os embates de ideias entre teorias e ciência ou conhecimentos populares, é possível observar, na prática, a dificuldade de continuidade de atuação na pesquisa dessas e desses militantes, formadas e formados nos cursos universitários ligados ao MST, muitas vezes pela alta exigência de produtividade profissional e teórica e de publicações dessas produções.

Apesar de grande parte da produção teórica das universidades reproduzir técnicas instrumentais desde uma visão antidemocrática ou colonialista, há autores, como Florestan Fernandes, Vânia Bambirra, Celso Furtado, Caio Prado Junior, Milton Santos – e outros, os quais estudamos no curso – são capazes de combinar a especialização do objeto de determinada ciência universitária com elementos e conceitos da interdisciplinariedade, levando em conta sempre as teorias de outras áreas do conhecimento e os elementos econômicos, sociais, culturais e políticos, sendo inovadores neste sentido na construção de teorias críticas, que não ocultassem as contradições do capitalismo e, mais do que isso, pudessem contribuir na sua superação.

Em um contexto em que a especialização vem atingindo seus maiores graus, sendo que é uma realidade vigente a fragmentação entre ensino e pesquisa, onde o primeiro é função da

universidade privada e, o segundo – vinculado à inovação tecnológica e principalmente às “ciências duras” – é atribuição da segunda (ADOUE, 2014), mostra-se fundamental para a superação das contradições da universidade a atuação da militância que faz pesquisa estar necessariamente vinculada aos processos de formação das organizações ou sujeitos coletivos. E estas são, por sua vez, interdisciplinares, porque vão desde a materialidade de uma demanda econômica específica até a interpretação na realidade de como as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais interferem nas diferentes realidades locais no transcorrer do tempo histórico.

Mas se a distinção ou não entre sujeito e objeto bem como as distinções feitas entre os objetos de diferentes ciências especializadas surgem no processo de disputa e de estabelecimento de teorias críticas, cabe refletir sobre qual é nossa interpretação desta relação (sujeito e objeto) desde a perspectiva da interdisciplinariedade e reconhecendo o conhecimento e a ciência existentes para além da produzida no âmbito da universidade. As alternativas possíveis para a continuidade da atuação na pesquisa destes sujeitos pode estar na criação de grupos de pesquisa autônomos em relação à universidade, que possam desenvolver e acompanhar as e os investigadores militantes, na possibilidade de publicação de textos de circulação não acadêmica, como as Revistas Estudos do Sul Global do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e o incentivo, por parte das organizações, para o envolvimento de militantes em processos de investigação.

REFERÊNCIAS

CHAUI, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

PELOSO, Ranulfo (org.). Trabalho de Base. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

ADOUE, Silvia. O “alien” dentro da universidade. In: CALDART; Roseli, ALENTEJANO, Paulo (orgs.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

III SEMINÁRIO NACIONAL DE MST, universidade e pesquisa: principais desafios do momento atual. In: CALDART; Roseli, ALENTEJANO, Paulo (orgs.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

FREITAS, Leticia A.. Juventude em movimento: método investigativo e prática educativa. TCC (graduação em ciências sociais – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, p. 59, 2021.

FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: El problema de cómo investigar la realidad para transformarla. Bogotá: FUNDABCO, 1978..

SANTOS, Milton. A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERNANDES, Florestan. Universidade brasileira: Reforma ou Revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TRICONTINENTAL, Dossiê número 27, Abril de 2020. Disponível em https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/04/20200328_Dossier-27_PT_Web.pdf. Acesso em 27 de Outubro de 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Um breve resumo de ideias sobre investigação ação participante. Disponível em <https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/escritos/PESQUISA/PESQUISA%20PARTICIPANTE/UM%20BREVE%20RESUMO%20DE%20IDEIAS%20SOBRE%20A%20IAP%20-%20rosa%20dos%20ventos.pdf>. Acesso em 30 de Outubro de 2023.